



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado de Licitação e Contratação
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

EDITAL DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90014/2026

SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 23101.005478/2025.50 –SETRABES

1. PREÂMBULO

1.1. O(A) pregoeiro(a) da **Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC**, designado(a) pelo **Decreto nº 11-P**, de 17/01/2025 e **Decreto Nº 69-P**, de 9/01/2026, torna público aos interessados que, na forma do **Decreto nº 31.408-E**, de 9/12/2021, do **Decreto nº 37.424-E**, de 19/03/2025, do Decreto nº 34.223-E, de 24/04/2023, aplicando-se, as disposições da **Lei nº 14.133**, de 1º/04/2021 e subsidiariamente a **Lei Complementar nº. 123**, de 14/12/2006, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica sob o Sistema de Registro de Preços**, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Dia: 27 de Maio de 2026

Horário: 09:30 (horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras

Código UASG: 930800

2.1. Este pregão poderá ter a data e horário de abertura da sessão pública transferida, caso ocorra algum fato superveniente que impeça sua abertura na data já definida;

2.2. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos sítios: www.gov.br/compras e <http://www.sclc.rr.gov.br> ou no **Protocolo da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC**, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR, de **segunda a sexta feira**, no horário das **07h30 às 13h30**, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a **Eventual Contratação de serviços funerários com ou sem velório, disponibilizados (24h) ininterruptamente**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

3.2. A licitação será realizada em lote único, formados por **19 itens**, conforme tabela constante no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

3.3. O **critério de julgamento** adotado neste pregão será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações técnicas do objeto;

3.4. O **Modo de disputa desta licitação será: (fechado e aberto);**

3.5. O **intervalo mínimo de diferença entre os lances**, adotado neste pregão, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (zero vírgula cinquenta por cento)**.

3.6. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT) e Serviços (CATSER) do sistema eletrônico e as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** prevalecerão as especificações dos Anexos mencionados.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato (Art. 17 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025).

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. São órgãos participantes deste pregão sob o Sistema de Registro de Preços:

Ord.	Órgão(s) Participante(s)
01	Secretaria do Trabalho e Bem - Estar Social - SETRABES

5.2. As regras referentes ao órgão gerenciador e aos participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;

6.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar desta licitação:

7.1.1. Empresas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e que detenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

7.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema;

7.1.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

7.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

7.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

7.1.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

7.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

7.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.2.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

7.2.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.2.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.2.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.2.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

7.2.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.2.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

7.2.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa descrita no subitem 4.19.1 do Termo de Referência (Anexo I) deste edital;

7.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

7.2.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.3. O impedimento de que trata o subitem 7.2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 7.2.4 e 7.2.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.6. O disposto no 7.2.4 e 7.2.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.8. A vedação de que trata o subitem 7.2.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento descrito no subitem 3.3 deste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

8.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

8.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

8.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

8.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

8.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

8.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

8.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

8.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

8.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

8.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

8.6.12. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

8.7. A falsidade da declaração de que trata os subitens 8.3, 8.6 ou 8.6.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.11. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e seus anexos e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o subitem 13.1.4 deste edital;

8.12. Fica vedada a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes durante a fase de lances do pregão eletrônico, por meio de “Chat” ou procedimento similar, exceto quanto aos avisos gerais e necessários para o andamento do certame, sendo permitido o contato destes antes e depois da referida fase através de “Chat”;

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 8.14, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto, conforme o caso;

9.1.2. Marca, Fabricante, Modelo / Versão, quando exigido no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante, modelo / versão e procedência, vinculam o licitante.
- 9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe neste edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.8. Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA será de, no mínimo, 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;
- 9.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 9.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 9.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 9.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico e será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, na data e horário indicado neste edital;
- 10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens no “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico;
- 10.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.1.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos;
- 11.1.2. A desclassificação será sempre registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 11.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 12.1. Iniciada a etapa competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, nos termos do disposto no subitem 12.7, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 12.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no subitem 3.3 deste Edital.
- 12.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 12.4. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 12.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o indicado no subitem 3.5 deste edital.
- 12.6. Observado o § 2º do Art. 21 [da IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#), o **licitante poderá**, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de (15) quinze segundos após o registro no sistema, **na hipótese de lance inconsistente ou inexequível**, nos termos dos arts. 33 e 34. da IN [SEGES nº 73, de 30/09/22](#).
- 12.7. Neste pregão será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, somente serão classificados automaticamente pelo sistema para participar da etapa aberta, os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 12.7.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 12.7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 12.7.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 12.7.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 12.7.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 12.7.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 12.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 12.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.10. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

12.11. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. ([artigo 21, § 4º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)).

12.12. A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 12.11 deste edital, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa. ([artigo 21, § 5º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)).

12.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

12.15. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.16. Em relação a itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicação do disposto nos arts. 44º e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

12.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.16.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.16.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

12.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;

12.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o **critério de desempate** será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

12.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

12.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;

12.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

12.17.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

12.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.18.2. empresas brasileiras;

12.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

12.18.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.1.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

13.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** pela Administração.

13.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.1.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.1.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.1.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.1.7. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar** atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 7.2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) SICAF;

b) Ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

- d) Ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A1]
- e) Ao Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0::>;
- 14.2.** As consultas previstas nas condições anteriores **serão realizadas em nome da licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força do art. [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 14.3.** Caso conste na **Consulta de Situação do licitante** a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, caput](#))
- 14.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §1º](#)).
- 14.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §2º](#)).
- 14.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 14.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
- 14.5.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 14.6.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 8.5 deste edital.
- 14.7.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 14.8.1.** conter vícios insanáveis;
- 14.8.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;
- 14.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** para a contratação;
- 14.8.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 14.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 14.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ([Art. 34 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#));
- 14.9.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:
- 14.9.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 14.9.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 14.10.** Erros no preenchimento da planilha de composição de custo, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha de composição de custo poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 14.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 14.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 14.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 14.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante**, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.13.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 14.13.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 14.13.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 14.13.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 14.14.** O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro geral de pessoal do Governo do Estado de Roraima ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 15.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 15.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 15.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores **de cada consorciado**.
- 15.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.8. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.

15.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

15.9. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

15.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, caput](#)).

15.10.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

15.11. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar no **nome da licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

15.12. Se a licitante for a matriz, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, os documentos mencionados deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz. Quanto aos atestados de capacidade técnica, quando solicitados, poderão ser apresentados em nome da matriz e/ou filial;

15.13. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe o art. 43 da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.13.1.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem anterior poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, **quando requerida pela licitante**, mediante apresentação de justificativa.

15.13.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 15.13.1 deste edital, implicará a decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme dispõe o art. 43, § 2º da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de (02) duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

15.15. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, **quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento**, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

15.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 15.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até (02) duas horas, para:

15.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

15.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.16.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

15.16.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

15.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

15.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 15.14.1 deste edital.

15.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538](#), de 6 de outubro de 2015).

15.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

15.22. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos, observado o disposto no subitem 15.7 deste edital:

15.22. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.22.2. No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.22.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.22.4. No caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

15.22.5. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.22.6. No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.22.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

15.23. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.23.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

15.23.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.23.3. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.23.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.23.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

15.23.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 07/07/2011, do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943.

15.24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.24.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, exceto quando dela constar prazo de validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).

15.24.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

15.24.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69), **apresentado nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021 e suas alterações.**

15.24.2.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

15.24.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.24.2.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.24.2.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **iguais ou superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

15.24.2.4.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

15.24.2.4.2. Os documentos referidos acima deverão ser apresentados nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações.

15.25. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a serem atendidos pelo licitante serão os seguintes:

15.25.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.25.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

15.25.1.1.1. Atestados (s) que comprove(m) a execução do valor, pelo fornecedor, de serviços equivalente ao da contratação, envolvendo o mínimo de 15% (quinze por cento) do valor do lote dos serviços previstos nos itens do ANEXO I “especificação dos serviços contratados” do termo de referência (Anexo I) deste edital;

15.25.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

15.25.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.25.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros

documentos.

15.25.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

15.25.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

15.25.1.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada, no prazo estabelecido no subitem 13.1.4 deste edital, a contar da solicitação do pregoeiro, na forma descrita abaixo:

16.1.1. Constar a descrição detalhada do objeto, as informações similares à especificação do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, conforme exigido no item 8 deste edital;

16.1.2. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal;

16.1.3. Constar a Razão Social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa;

16.1.4. Constar a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento;

16.1.5. Constar os preços em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em numeral e o valor global em numeral e por extenso (art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), contendo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (exemplo: R\$ 0,00);

16.1.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

16.1.6. Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA será de, no mínimo, 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;

16.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

16.3. A proposta enviada implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

17. DO RECURSO

17.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

17.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.4.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme § 2º do Inciso II, art 165 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

17.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação **exclusivamente pelo endereço eletrônico pregoeiros@selc.rr.gov.br**;

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações descritas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital e seus anexos;

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

18.1.6. fraudar a licitação

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

18.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

18.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. O objeto deste pregão será adjudicado pela autoridade superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior competente para homologação;

19.2. A homologação eletrônica deste pregão caberá à autoridade superior competente da SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO-SELC;

19.3. A homologação física deste pregão caberá à autoridade competente do órgão originário do processo;

19.4. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

20.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

20.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

20.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

20.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

20.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

20.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do Órgão gerenciador e disponibilizado no **Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP** durante a vigência da ata de registro de preços, conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 37.424-E/25.

20.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme Art. 22 do Decreto nº 37.424-E/25.

20.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme art. 21 do Decreto nº 37.424-E/25.

20.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

20.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

21.1.1. dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.1.2. dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, conforme artigo 18, III, do Decreto nº 37.424-E/25.

21.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme subitem 21.1.1 deste edital.

21.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 29 e 30 do Decreto nº 37.424-E/25.

21.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do Órgão gerenciador e disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP durante a vigência da ata de registro de preços.

21.5. Havendo a desclassificação da proposta ou inabilitação de licitantes no decorrer do certame, estes não poderão compor o cadastro reserva, uma vez que já teve sua proposta desclassificada ou foi inabilitado.

21.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá: (Art. 21, parágrafo único, do Decreto nº 37.424-E/25).

21.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

21.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, **exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeiros@selc.rr.gov.br**;

22.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante petição a ser enviada **exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeiros@selc.rr.gov.br**;

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste edital e seus anexos;

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

22.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração, dentro do prazo estabelecido no subitem 22.2 deste item;

22.8. Quando a impugnação ou pedido de esclarecimento tratar de temas alheios à competência do pregoeiro, ou seja, sobre especificações técnicas ou diretamente vinculados ao Termo de Referência, a petição poderá ser encaminhada ao órgão originário do processo para que se pronuncie acerca da demanda, cabendo ao órgão responder no prazo pré-estabelecido. Caso não o faça, o certame deverá ser adiado “*sine-die*”, até que os questionamentos sejam sanados;

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 23.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.9.** A autoridade competente para homologar este procedimento licitatório, poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado;
- 23.9.1.** A anulação do pregão induz à do contrato;
- 23.9.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 23.10.** É facultado ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação;
- 23.11.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 418 de 15/01/2004;
- 23.12.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação/requerimento de documento” em substituição aos documentos exigidos neste edital e seus anexos;
- 23.13.** A proposta e os documentos de habilitação exigidos neste edital e seus anexos, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, na forma original ou de acordo com o disposto na Lei nº 13.726, de 08/10/2018, à **Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC**, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR;
- 23.14.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos art. 55, § 1º da Lei 14.133 de 1º/04/2021.
- 23.15.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.16.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no sítio desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC no endereço <http://www.selc.rr.gov.br>.
- 23.17.** Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;
- 23.18.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 23.19.** Os prazos previstos neste edital e seus anexos, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e considerará prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica nesta SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC, nos termos do art. 183 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021
- 23.20.** Quaisquer informações complementares sobre este edital e seus anexos, poderão ser obtidas pelo e-mail pregoeiros@selc.rr.gov.br;
- 23.21.** O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima (www.imprensaoficial.rr.gov.br), no Diário Oficial da União (www.in.gov.br), quando se tratar de recursos federais, e divulgado em Jornal de grande circulação local, no sítio www.gov.br/compras, no sítio desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC (<http://www.selc.rr.gov.br>);
- 23.22.** Aplica-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei nº 8.078 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, de 11/09/1990, e demais normas legais pertinentes;
- 23.23.** As minutas deste edital foram elaboradas pelos seguintes setores desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC: Divisão de Elaboração de Editais - DEDIT (Minuta do edital - ep. 21651246) e Assessoria de Licitação e Contratação - ALIC (Minuta do contrato - ep. 21689530), **em estrita consonância com as regras definidas pela Secretaria de Estado solicitante em seu Termo de Referência, cujo teor foi transcrito na íntegra no anexo I deste edital;**
- 23.24.** Ao Pregoeiro designado para conduzir este certame coube o ato de divulgação da abertura da sessão e sua consequente condução até a conclusão, e demais requisitos legalmente previstos nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021 e do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

24. DOS ANEXOS

- 24.1.** ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 24.2.** ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;
- 24.3.** ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- 24.4.** ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 24.5.** ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

25. DO FORO

- 25.1.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da comarca de Boa Vista/RR

Boa Vista – RR, 11 de Maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
WELLINGTON FEITOZA DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Estado de Licitação e Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** Eventual contratação de serviços **funerários com ou sem velório, disponibilizados (24h) ininterruptamente**, abrangendo o fornecimento de urnas mortuárias, salas de velório, desembaraço documental, pagamento de taxas de sepultamento e manutenção de cemitério, remoção local, serviços de aspiração e

higienização do corpo (banho e barba) e colocação da vestimenta, (a vestimenta deve ser fornecida pela família ou responsável), ornamentação da urna e organização do velório conforme a crença religiosa. A contratação desses serviços visa atender às demandas da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), órgão responsável pela gestão estadual do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Estado de Roraima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, conforme disposto no inciso XIII do art.6º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade contínua de assegurar a proteção social e amparo às famílias em situação de vulnerabilidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme estabelecidos pelo art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual nº 37.424-E, de 19 de março de 2025.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Estudo Técnico Preliminar teve por objetivo analisar a necessidade e a viabilidade da contratação de serviços funerários com ou sem velório, disponibilizados (24h) ininterruptamente, abrangendo o fornecimento de urnas mortuárias, salas de velório, desembaraço documental, pagamento de taxas de sepultamento e manutenção de cemitério, remoção local, serviços de aspiração e higienização do corpo (banho e barba) e colocação da vestimenta, (a vestimenta deve ser fornecida pela família ou responsável), ornamentação da urna e organização do velório conforme a crença religiosa. A contratação desses serviços visa atender às demandas da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), órgão responsável pela gestão estadual do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Estado de Roraima.

2.1.1. A política pública de assistência social tem como finalidade a proteção de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme estabelecido na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

2.1.2. Os benefícios eventuais previstos na LOAS constituem um mecanismo de proteção social voltado à prevenção e ao enfrentamento de situações temporárias de vulnerabilidade, decorrentes de nascimentos, falecimentos, emergências e calamidades, conforme o disposto no artigo 22 da referida lei.

2.1.3. O Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, regulamenta os benefícios eventuais previstos no artigo 22 da LOAS, estabelecendo a concessão do auxílio por morte para:

I - Custear despesas com urna funerária, velório, sepultamento e manutenção do cemitério;

II - Atender necessidades emergenciais da família em razão do falecimento de um de seus membros ou provedores;

III - Ressarcir despesas em caso de ausência do benefício eventual no momento necessário.

2.1.4. Considerando a imprescindível necessidade em garantir a continuidade na concessão dos serviços funerários, às famílias em situação de vulnerabilidade por eventual situação de morte, haja visto que não deve ocorrer a interrupção inesperada deste auxílio, evitando o agravamento da vulnerabilidade social, sendo assim a necessidade de realizar uma contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários.

2.1.5. Considerando a existência de um contrato em vigência (Ep.9155186) e diante da necessidade de ampliar e qualificar os serviços funerários atualmente oferecidos à população, especialmente às famílias em situação de vulnerabilidade social diante do falecimento de um ente querido, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada que possa garantir:

a) A disponibilização de **salas de velório** adequadas, higienizadas, com infraestrutura apropriada para o acolhimento das famílias, conforme os subitens 4.8.8.2.1 e 4.10.1;

b) A execução de todos os procedimentos de higienização, tipo: preparo do corpo, vestimenta (fornecida pela família/responsável) nos **serviços sem velório** respeitando normas sanitárias, culturais e religiosas.

c) A contratação visa ampliar a capacidade de atendimento dos serviços funerários, tornando-os mais eficazes e acessíveis, sobretudo para aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, atendendo ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao dever do poder público de garantir suporte adequado em situações de luto.

2.1.6. O benefício eventual por morte, também denominado auxílio-funeral, tem por finalidade assegurar não apenas um funeral digno, mas também mitigar as vulnerabilidades sociais intensificadas pelo falecimento de um membro familiar.

2.1.7. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roraima foi o estado que apresentou o maior crescimento populacional em 2024, registrando um aumento de 12,58% em relação a 2023, atingindo 716.793 habitantes. Esse crescimento está associado, entre outros fatores, ao fluxo migratório de imigrantes venezuelanos e à presença de extensas terras indígenas. (<https://www.folhavr.com.br/cotidiano/roraima-chega-a-716-mil-habitantes-e-registra-maior-aumento-percentual-do-brasil-em-2024/>)

2.1.8. O aumento populacional e a intensificação do fluxo migratório contribuem para a ampliação das demandas sociais, elevando a necessidade de assistência do serviço funeral, destinado a amparar as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da morte no estado.

2.1.9. Considerando o crescimento populacional e consequentemente as ocorrências de óbitos verificamos a necessidade de fomentar assistência funerária para famílias em situação de vulnerabilidade, a Administração Pública revisou suas estimativas de demanda ampliando os serviços, a fim de garantir a continuidade do auxílio-funeral.

2.1.10. Segundo dados do Cadastro Único, 83% das 119.630 famílias cadastradas em Roraima encontram-se em situação de extrema pobreza, pobreza ou baixa renda, o que corresponde a um total de 98.870 famílias. (<https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-unico---familiaspessoas-por-faixas-de-renda-per-capita>).

2.1.11. Diante do exposto, evidencia-se a necessidade contínua de assegurar a proteção social e amparo às famílias em situação de vulnerabilidade por meio da contratação de serviços funerários disponibilizados (24h) ininterruptamente. Dessa forma, justifica-se a contratação de novos serviços que compreendam o fornecimento de urnas mortuárias, salas de velório adequadas, desembaraço documental, pagamento de taxas, sepultamento sem velório, manutenção de cemitério, remoção local, serviços de aspiração e (secreção e gases quando necessário), embalsamamento, higienização do corpo, (banho e barba) e colocar a vestimenta, (a vestimenta deve ser fornecida pela família ou responsável), ornamentação da urna e organização do velório conforme a crença religiosa. A contratação desses serviços visa atender às demandas da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), órgão responsável pela gestão estadual do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Estado de Roraima.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Trabalho - PAT de 2025 desta Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (Ep.17250211).

2.2.1. A apresentação do Plano de Contratação Anual fica dispensados nos termos do Decreto nº 36.203-E, 21/06/2024.

2.3. Fundamentação Jurídica:

a) Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

b) Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições e exigências descritas no Edital e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

c) O Decreto Estadual nº 39.050-E, de 18 de agosto de 2025, do Estado de Roraima (RR), estabelece as diretrizes para a fase preparatória de aquisição de bens, contratação de serviços e de obras no âmbito do Poder Executivo Estadual, fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

d) A Lei Complementar Estadual nº 062, de 14 de janeiro de 2003, é o Código Sanitário do Estado de Roraima, que dispõe sobre a proteção, promoção e recuperação da saúde da população, no que se refere às atividades de interesse à saúde e ao meio ambiente, incluindo a do trabalho. A lei estabelece princípios como a universalização da assistência, a integração entre os serviços de saúde e a preservação da privacidade do cidadão nas ações de vigilância.

e) O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto nº. 0011/P, de 02 de janeiro de 2017, DOM nº.4315, publica a Portaria Municipal nº 275/2021, DOM nº 5437, de 05 de agosto de 2021: **Art. 1º** Os procedimentos referentes ao processo para concessão de Licença Sanitária e outras outorgas sanitárias no município de Boa Vista passam a ser regidos pelas orientações presentes nesta Portaria, respeitando as determinações contidas na legislação sanitária específica.

f) Decreto Estadual nº 37.424-E, de 19 de março de 2025, tendo em vista que a contratação ocorrerá mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução pretendida foi definida mediante todo o estudo apresentado e levando em consideração o levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar (21022919), no qual optou-se pela **Contratação de serviços funerários com ou sem velório, que deverão ser executados dentro do prazo 24 horas da constatação da morte**, conforme normas sanitárias vigentes, garantindo a segurança biológica e o adequado manejo do corpo. Em situações específicas, como em casos de doenças infectocontagiosas, putrefação precoce ou sob orientação médica, o sepultamento poderá ocorrer em prazo inferior ao estipulado, mediante justificativa técnica, (ex: em casos de óbito por doenças contagiosas ou putrefação precoce), ou de forma imediata, após solicitação expressamente autorizada pela Contratante por meio do Departamento de Proteção Social Básica-DPSB/SETRABES, destacamos a baixo na tabela:

ITEM	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
1	<p>Serviço Com Velório para Recém-Nascidos</p> <p>Urna Funerária Infantil: Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6, deste documento.</p>
2	<p>Serviço Com Velório para Juvenil</p> <p>Urna Mortuária Juvenil: Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6, deste documento.</p>
3	<p>Serviço Com Velório para Adulto</p> <p>Urna Mortuária Adulta: Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6, deste documento.</p>
4	<p>Serviço Com Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 1,80 m e 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 130 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6, deste documento.</p>
5	<p>Serviço Com Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6, deste documento.</p>
6	<p>Serviço Sem Velório para Recém-Nascidos</p>

	<p>Fornecimento de Urna Infantil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5, deste documento.</p>
7	<p>Serviço Sem Velório para Juvenil</p> <p>Urna Mortuária Juvenil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5, deste documento.</p>
8	<p>Serviço Sem Velório para Adulto</p> <p>Urna Mortuária Adulta:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5, deste documento.</p>
9	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com dimensão entre 1,80m a 2,10m de comprimento para cadáver de até 130kg, fabricada em madeira simples sextavada, com acabamento em verniz e visor. A urna será equipada com 6 (seis) alças e o fundo forrado com material (TNT) na cor branca.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5, deste documento.</p>
10	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5, deste documento.</p>
11	<p>Serviço de Embalsamamento até 24h com Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>
12	<p>Serviço de Embalsamamento até 24h sem Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>
13	<p>Salas de Velório - Com capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas sentadas, copa equipada com bebedouro ou fornecimento contínuo de água potável, café e chá, biscoitos doces e/ou salgados, copos descartáveis, sanitários em condições adequadas de higiene e acessibilidade, incluindo acomodações na área externa.</p>
14	<p>Serviços de Sepultamento: No município de Boa Vista a contratada será responsável pelo pagamento dos serviços de sepultamento e manutenção junto ao cemitério, e nos demais municípios do estado de Roraima, as taxas decorrentes do sepultamento e manutenção do cemitério será conforme as normas do cemitério.</p>
15	<p>Serviço de Manutenção (Cemitério) - Recém Nascido: Conforme as normas do cemitério; no município de Boa Vista a contratada será responsável pelo pagamento dos serviços de manutenção junto ao cemitério, e nos municípios adjacentes, as taxas decorrentes do sepultamento e manutenção é de responsabilidade do município, onde as taxas decorrentes são pagas pela prefeitura.</p>
16	<p>Serviço de Manutenção (Cemitério) - Criança: Conforme as normas do cemitério; na capital a contratada será responsável pelo pagamento dos serviços de sepultamento e manutenção junto ao cemitério, e nos municípios adjacentes, as taxas decorrentes do sepultamento e manutenção do cemitério é de responsabilidade do município, onde as taxas decorrentes são pagas pela prefeitura.</p>
17	<p>Serviço de Manutenção (Cemitério) - Adulto: Conforme as normas do cemitério; na capital a contratada será responsável pelo pagamento dos serviços de sepultamento e manutenção junto ao cemitério, e nos municípios adjacentes, as taxas decorrentes do sepultamento e manutenção do cemitério é de responsabilidade do município, onde as taxas decorrentes são pagas pela prefeitura.</p>

18	Translado Urbano e Rural - Consiste na remoção do corpo, por via terrestre, em veículo destinado exclusivamente para esse fim, desde o local da remoção para a sede da contratada para preparar o corpo, depois para o velório se for o caso e por fim ao local do sepultamento, dentro dos perímetros supracitados.
19	Translado Intermunicipal - Consiste na remoção do corpo por via terrestre, em veículo exclusivo para esse fim, iniciando no local da remoção e seguindo para a sede da contratada, onde serão realizados os procedimentos de higienização e outros se houver necessidade. Em seguida, o corpo será conduzido ao velório, quando houver, e posteriormente ao local do sepultamento, caso este ocorra em outro município. A execução do serviço levará em conta a distância entre Boa Vista e as localidades indicadas pela Contratante no ANEXO II. como fonte de referência.

3.4. Em relação ao ciclo de vida do objeto que trata de uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, como a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final, deve-se levar em consideração o disposto no Art. 3º da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

3.4.1. O ciclo de vida do serviço funerário, compreende o conjunto de atividades necessárias à prestação contínua, eficiente e humanizada do serviço, desde o atendimento inicial da demanda até a completa finalização dos procedimentos operacionais, administrativos e legais, em conformidade com a legislação vigente, normas sanitárias e ambientais.

3.4.2. O ciclo de vida do serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

- a) **Atendimento inicial**, mediante acionamento pelos órgãos estaduais competentes ou por familiares devidamente autorizados, incluindo orientação, registro da ocorrência e coleta das informações necessárias à execução do serviço;
- b) **Remoção e transporte do corpo**, realizados por equipe técnica habilitada, em veículos apropriados, licenciados e identificados, observando-se os protocolos de biossegurança, saúde pública e demais normas aplicáveis;
- c) **Preparação, conservação e acondicionamento do corpo**, compreendendo higienização, técnicas de conservação legalmente permitidas, quando aplicáveis, e acondicionamento adequado, respeitando critérios sanitários e éticos;
- d) **Fornecimento de urna funerária e acessórios**, conforme especificações técnicas, padrões de qualidade e quantitativos definidos neste Termo de Referência;
- e) **Velório**, incluindo organização do espaço, apoio operacional e assistência durante todo o período, quando aplicável e autorizado pelo órgão estadual responsável;
- f) **Sepultamento**, conforme determinação legal, normativa estadual vigente ou manifestação dos responsáveis legais, com acompanhamento técnico adequado;
- g) **Gestão e regularização documental**, abrangendo a obtenção, conferência e encaminhamento de certidões, autorizações e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes;
- h) **Encerramento do serviço e registro administrativo**, compreendendo a limpeza dos locais utilizados, a devolução de materiais quando cabível e o registro formal da execução do serviço para fins de controle, fiscalização e pagamento.

3.4.3. A CONTRATADA deverá garantir a execução integral de todas as etapas do ciclo de vida do serviço funerário, assegurando disponibilidade contínua, padronização dos procedimentos, observância às normas estaduais aplicáveis e respeito à dignidade da pessoa humana, estando sujeita à fiscalização do órgão contratante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução dos serviços funerários deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação formal do serviço, conforme normas sanitárias vigentes, garantindo a segurança biológica e o adequado manejo do corpo. Em situações específicas, como em casos de doenças infectocontagiosas, putrefação precoce ou sob orientação médica, o sepultamento poderá ocorrer em prazo inferior ao estipulado, mediante justificativa técnica.

- a) A demanda poderá originar-se de solicitação da SETRABES ou dos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Geral de Roraima (HGR), Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré (HMINSN), Policlínica Cosme e Silva (PCS), Hospital Lotty Iris, Hospital da Mulher (retaguarda), Hospital Universitário de Roraima (HURR) e/ou Instituto Médico Legal – IML.
- b) A solicitação deverá ser emitida por um(a) profissional de Serviço Social das unidades de saúde supracitadas, mediante parecer social, com exceção dos atendimentos realizados para suprir as demandas do IML, que serão atendidos mediante Ofício para parecer social da equipe técnica do DPSB.
- c) A solicitação, devidamente assinada e carimbada pelo(a) profissional responsável, deverá conter todas as informações necessárias à adequada prestação do serviço funerário, incluindo identificação do usuário, endereço para recolhimento do corpo e demais observações pertinentes.
- d) A Contratada deverá realizar o recolhimento do corpo imediatamente no local indicado no parecer social, arcando integralmente com todos os custos envolvidos desde a retirada do corpo até a entrega à família no local do sepultamento (município sede), sendo de sua inteira responsabilidade o cumprimento integral do serviço.
- e) A empresa contratada deverá oferecer, prioritariamente, conforme decisão da família e mediante anuência do médico responsável, o serviço funerário com ou sem velório, observadas as condições sanitárias e a vontade dos familiares.
- f) O serviço deverá ser executado todos os dias da semana, inclusive feriados e finais de semana, independente do horário, a critério da administração, conforme apresentação da demanda descrita na alínea "a" deste subitem.
- g) A contratada deverá fornecer, no momento da assinatura do contrato, no mínimo dois números de telefone ativos para comunicação com a contratante, além de um endereço de e-mail ou outro meio de contato que garanta a efetiva comunicação entre as partes.

4.2. A Contratada deverá possuir sede própria com estrutura física adequada na cidade de Boa Vista/RR, para a execução dos serviços funerários, garantindo condições adequadas de atendimento, armazenamento e deslocamento necessários ao pleno cumprimento do contrato;

4.3. A Contratada deverá dispor de, no mínimo, dois veículos próprios e específicos para essa finalidade. Esses veículos deverão estar registrados em nome da Contratada, conforme consta no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV). Deverão ser de categoria 4x4 especiais, possuir carroceria funerária e estar devidamente adesivados ou pintados com o nome e a logomarca da Contratada. Além disso, os veículos deverão ser passíveis de higienização e desinfecção frequentes.

4.4. A contratada deve possuir cadastro de suas atividades em conformidade com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, definida pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outra que vier a substituí-la ou complementá-la;

4.5. A contratada deverá dispor, em seu quadro de pessoal de profissionais em número e com qualificação compatíveis com a execução adequada e contínua dos serviços, porém não necessita ocorrer sob regime celetista (CLT), sendo suficiente a existência de vínculo formal, com a devida designação como responsável técnico junto ao CRM. Para tanto, será exigida a seguinte composição mínima;

- a) 01 (um) Coordenador Operacional – Responsável pelo gerenciamento dos atendimentos, interlocução com a Administração Pública e supervisão das atividades executadas pela equipe;
- b) 01 (um) Responsável Técnico – Profissional habilitado para a realização de procedimentos médicos (como remoções, laudos, tanatopraxia, necropsias, embalsamamentos, e de conservação de corpos, devendo ser médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e possuir Certidão de Responsabilidade Técnica emitida por esse Conselho;
- c) 02 (dois) Agentes Funerários – Profissionais responsáveis pelo atendimento às famílias enlutadas, incluindo orientação, recepção e organização geral dos serviços funerários;

d) 02 (dois) Auxiliares de Preparação de Corpos – Responsáveis pela higienização, preparação e acondicionamento adequado dos corpos, conforme as normas sanitárias vigentes;

e) 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais – Responsável pela limpeza, higienização e organização das instalações da funerária, bem como pelo apoio em atividades operacionais diversas.

f) 02 (dois) Motoristas de Carro Fúnebre – Responsáveis pelo traslado dos corpos, observando os horários e rotas previamente estabelecidos, com zelo e respeito;

A comprovação da existência de qualificação desses profissionais deverá ser apresentada por meio de documentos oficiais, como contratos de trabalho, fichas funcionais ou vínculos empregatícios formalizados, observadas as exigências legais pertinentes;

4.6. A contratada e congêneres devem possuir, dentre outros, os seguintes documentos necessário para seu funcionamento:

a) Alvará de funcionamento e Alvará Sanitário compatível com o CNAE, inerente ao objeto licitado e em plena validade;

b) Certificado de Regularidade de inscrição da Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Medicina, CRM/RR, em conformidade ao Manual de Referência Técnica para o funcionamento de Estabelecimento Funerários e congêneres, da ANVISA, de acordo com o Parecer C.F. M nº 13/2010;

4.7. Os procedimentos e técnicas para a conservação/embalsamamento dos corpos deverão ser executados por profissionais com titulação e qualificação profissional específica comprovada (agente funerário conforme código 5165 CBO/MTE), desde que sejam supervisionados pelo Responsável Técnico;

4.8. Serviço Funerário com Velório

O serviço funerário com velório deverá ocorrer prioritariamente sob a decisão da família e em conjunto com a anuência do responsável técnico, que deverá compreender obrigatoriamente os seguintes itens e procedimentos:

4.8.1. Fornecimento de urna mortuária

Deverá ser fornecida urna mortuária em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, em perfeitas condições de uso, sem avarias, trincas ou falhas estruturais, compatível com o corpo e conforme os padrões técnicos exigidos.

4.8.2. Desembaraço da documentação

A contratada será responsável em apoiar e orientar a família ou responsável pela obtenção dos documentos necessários para o sepultamento, incluindo:

a) Certidão de óbito;

4.8.3. Remoção do corpo

A remoção do corpo deverá ser realizada pela contratada de imediato no local do óbito, por equipe devidamente capacitada, utilizando veículo apropriado, conforme regulamentações sanitárias vigentes, conforme subitem 4.3;

4.8.4. Procedimento técnico de aspiração

Deverá ser realizado procedimento de aspiração para remoção de secreções, líquidos e gases corporais, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

4.8.5. Embalsamamento

O corpo deverá ser embalsamado com a aplicação de solução conservante à base de formaldeído ou substância equivalente, garantindo a preservação por até 24 horas, conforme legislação sanitária vigente.

4.8.6. Ornamentação da urna

A ornamentação interna da urna deverá incluir:

a) Flores artificiais dispostas simetricamente ao redor do corpo, cobrindo-o lateralmente dos pés até a altura da cintura;

b) A ornamentação deverá estar de forma simetricamente contribuindo e proporcionado um pouco mais de paz conforto aos familiares e amigos no momento do luto;

c) Um travesseiro posicionado sob a cabeça, revestido com tecido TNT branco utilizado na forração interna da urna;

d) Manta de cobertura, também em TNT branco, adequada para cobrir o corpo.

4.8.7. Forração da urna

A urna deverá ser completamente forrada internamente com tecido tipo TNT branco, incluindo fundo, laterais e tampa, garantindo acabamento adequado, uniforme e higiênico.

4.8.8. Montagem da estrutura de velório

Deverá ser providenciada a montagem da estrutura do velório, conforme práticas religiosas indicadas pela família, incluindo:

a) Véu e velas;

b) Suporte para a urna;

c) Suporte para Bíblia ou livro sagrado;

d) Placa de identificação iluminada com a inscrição “Luto em Família”;

e) Identificação visível da empresa contratada no ambiente.

4.8.8.1. Velório nas dependências da contratada

4.8.8.1.1. Estrutura física e acolhimento

Quando o velório ocorrer nas instalações da contratada, deverá ser disponibilizado ambiente com:

a) Assentos suficientes para os participantes;

b) Copa equipada com bebedouro ou fornecimento contínuo de água potável, café e chá;

c) Biscoitos doces e/ou salgados;

d) Copos descartáveis com reposição contínua;

e) Sanitários em condições adequadas de higiene e acessibilidade.

4.8.8.2. Velório em residência ou instituição religiosa

4.8.8.2.1. Estrutura e padrão equivalente

Quando solicitado, e caso o velório ocorra fora das dependências da contratada, esta deverá garantir:

a) Montagem da estrutura de velório conforme subitem 4.8.8.

b) Estrutura física e acolhimento subitem 4.8.8.1.1, exceto a copa equipada e sanitários.

4.9. Compromisso de qualidade e ética

A contratada compromete-se a executar os serviços disponibilizados (24h) ininterruptamente com dignidade, respeito, sensibilidade e profissionalismo, observando os princípios éticos, as normas sanitárias e a legislação vigente.

4.10. Serviço Funerário sem Velório

O serviço funerário sem velório deverá ocorrer, prioritariamente, conforme a decisão da família e/ou em situações específicas, por determinação do responsável técnico.

4.10.1. Mesmos critérios do subitem 4.8.1.

4.10.2. Regularização documental

Conforme subitem 4.8.2.

4.10.3. Remoção e transporte do corpo

A contratada deverá providenciar quando solicitado a remoção do obituado, que será realizado por via terrestre em veículo exclusivo para esse fim, iniciando no local da remoção e seguindo para a sede da contratada, onde serão realizados os procedimentos de higienização e outros se houver necessidade. Em seguida, o corpo será conduzido ao velório quando houver, e posteriormente ao local do sepultamento, com veículo adequado e executado por equipe padronizada e qualificada.

4.10.4. Higienização e vestimenta do corpo

Higienização básica (banho e barba, se necessário) e a vestimenta adequada deve ser fornecida pela família ou responsável, conforme orientação da família.

4.10.5. Ornamentação e forração da urna

A ornamentação da urna deverá seguir os mesmos padrões do subitem 4.8.6, incluindo:

- a) Flores artificiais dispostas simetricamente ao redor do corpo até a altura da cintura, em vasos decorativos;
- b) Travesseiro posicionado sob a cabeça, revestido com o mesmo TNT branco da forração;
- c) Manta de cobertura apropriada;
- d) Forração completa da urna com TNT branco.

Observação: Os procedimentos de higienização e ornamentação não serão realizados em corpos em estado de putrefação ou em casos de pessoas classificadas como indigentes.

4.11. Do Translado Intermunicipal

4.11.1. O serviço de traslado do corpo será realizado por via terrestre, em veículo exclusivo para esse fim, tendo como ponto de partida a sede Boa Vista/RR, onde serão realizados os procedimentos de higienização e outros se houver necessidade. Em seguida, o corpo será conduzido ao velório, quando houver, e posteriormente ao local do sepultamento, caso este ocorra em outro município. A execução do serviço levará em conta a distância entre Boa Vista e as localidades indicadas pela Contratante ANEXO II.

4.11.2. O traslado de corpos em urnas funerárias deverão ser realizados com todos os cuidados necessários para minimizar quaisquer riscos. Os documentos pertinentes ao procedimento deverão estar à disposição da Autoridade Sanitária competente sempre que solicitados.

4.11.3. O transporte dos corpos deverá ocorrer no compartimento fúnebre dos veículos utilizados, sendo obrigatório a submissão dos restos mortais a procedimentos de conservação adequados.

4.11.4. O serviço de traslado para outros municípios será autorizado apenas nos casos em que o município de destino não ofereça processo de auxílio funeral.

4.11.5. No município de Pacaraima, o serviço de traslado não será permitido, tendo em vista a inexistência de cemitério local.

4.12. Do Translado Urbano e Rural

4.12.1. Consiste na remoção do corpo, por via terrestre, em veículo destinado exclusivamente para esse fim, desde que o local da remoção esteja localizada na área rural de Boa Vista/RR à sede da contratada, na qual o corpo será preparado para o velório, se for o caso, e por fim ao local do sepultamento na sede de Boa Vista/RR, conforme distâncias mencionadas no ANEXO II.

4.12.2. Quando solicitado, o traslado poderá ser realizado em vias rurais, desde que previamente identificado e autorizado.

4.12.3. Na área rural, o serviço de traslado será permitido exclusivamente para a remoção do corpo até o local de sepultamento em Boa Vista – RR.

4.13. Requisitos para Embalsamamento

4.13.1. A contratada somente realizará o procedimento de embalsamamento mediante avaliação da necessidade, conforme análise do responsável técnico indicado pela empresa, e com comunicação imediata aos fiscais do contrato.

4.13.2. Embalsamamento para traslado

Será permitido exclusivamente para traslado intermunicipal, desde que haja necessidade justificada, com anuência do responsável técnico e dos fiscais do contrato.

4.14. Serviços de Sepultamento e Manutenção

4.14.1. Na capital a Contratada será responsável pelo pagamento dos serviços de sepultamento e manutenção junto ao cemitério.

4.14.2. A deposição do caixão no jazigo é de responsabilidade exclusiva da equipe técnica do cemitério. Compete ao cemitério, por meio do profissional responsável (coveiro, também denominado sepultador ou zelador), a execução do sepultamento, bem como a manutenção, conservação e organização do jazigo e de toda a área do cemitério. Entre suas atribuições estão a abertura e o fechamento das sepulturas, a realização de sepultamentos e exumações, além da preservação da segurança e da ordem no local.

4.14.3. O sepultamento será realizado de forma gratuita na capital Boa Vista, com a disponibilização de uma gaveta em um jazigo compartilhado, construído em concreto pré-moldado, contendo quatro gavetas.

4.14.4. O período de inumação será de três anos para corpos de adultos e de dois anos para crianças de até seis anos.

4.14.5. Nos municípios adjacentes, as taxas decorrentes do sepultamento e manutenção do cemitério é de responsabilidade do município.

4.14.6. No município de Pacaraima não é possível executar o traslado ou sepultamento, pois não disponibiliza de cemitério.

4.14.7. Os valores de pagamento serão estabelecidos conforme a divisão de tamanhos de jazigos determinado pelo cemitério, conforme detalhamento no ANEXO III

4.15. Condições para a Execução dos Serviços

4.15.1. Atendimento ininterrupto, disponível 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo, inclusive nos feriados e ponto facultativo, na capital de Boa Vista e em municípios do Estado de Roraima.

4.15.2. Disponibilidade de veículos funerários devidamente registrados, padronizados e em conformidade com as normas vigentes;

4.15.3. Infraestrutura adequada para realização de velórios, incluindo salas climatizadas, banheiros adaptados e áreas higienizadas, garantindo conforto aos familiares.

4.16. Condições de Pagamento

4.16.1. O pagamento será efetuado a contratada em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da nota fiscal;

4.16.2. A empresa contratada deverá apresentar nota fiscal acompanhada de relatório detalhado dos serviços fúnebres com velório ou sem velório, conforme detalhado na ANEXO I, bem como de registros fotográficos do local do velório, relatório nominal dos serviços de sepultamentos e manutenção do cemitério.

Garantindo transparência e controle na prestação dos serviços.

Sustentabilidade

4.17. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.17.1. Serão utilizados os critérios de sustentabilidade ambiental expostos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União ([Guia Nacional de Licitações Sustentáveis](#)).

4.17.2. De acordo com o guia, as contratações públicas devem considerar práticas sustentáveis em diversas fases, incluindo planejamento, elaboração de editais, execução contratual e gestão ambiental de resíduos. Para serviços funerários, isso pode envolver:

- **Gestão de Resíduos:** Implementação de práticas para redução, reutilização e reciclagem de resíduos gerados durante os serviços funerários.
- **Uso de Materiais Sustentáveis:** Seleção de materiais biodegradáveis ou recicláveis para urnas e outros itens relacionados.
- **Eficiência Energética:** Adoção de tecnologias que promovam o uso eficiente de energia nos processos envolvidos.
- **Transporte Sustentável:** Utilização de veículos com menor emissão de poluentes para o traslado de corpos.
- **Conscientização e Treinamento:** Capacitação de equipes para práticas sustentáveis e conscientização da comunidade sobre a importância da sustentabilidade nos serviços funerários.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Consórcio

4.19.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pela seguinte razão:

4.19.1.1. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, pois o objeto do presente procedimento licitatório consiste na contratação de bem comum, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade. Além disso, existe grande quantidade de empresas do ramo que conseguem realizar a entrega do objeto do presente procedimento licitatório sem a necessidade de formar consórcio, conforme ratificado pela análise de mercado conferida para elaboração da pesquisa de preço. Ressalta-se ainda que, não há complexidade na aquisição que torne restrito o universo de possíveis licitantes.

Subcontratação

4.20. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: conforme necessidade da Contratante.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, encontra-se pormenorizada no item 4 deste Termo.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados em Boa Vista-RR, com possibilidade de deslocamento para os locais conforme especificado no ANEXO II deste Termo.

5.2.1. Atendimento imediato a partir da solicitação formal da SETRABES ou dos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Geral de Roraima - HGR, Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré - HMINSN, Hospital das Clínicas de Roraima - HC, Policlínica Cosme e Silva - PCS, Hospital Lotty Iris e Hospital da Mulher (retaguarda), Hospital Universitário de Roraima (HURR) e/ou Instituto Médico Legal - IML.

5.2.2. Atendimento ininterrupto, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1. Serviço Funerário com Velório, em conformidade com os itens do 4.8 a 4.9 do presente Termo de Referência.

5.3.2. Serviço Funerário sem Velório, em conformidade com os itens do 4.10 a 4.10.5 do presente Termo de Referência.

5.3.3. Do Traslado Intermunicipal, em conformidade com os itens do 4.11 a 4.11.5 do presente Termo de Referência.

5.3.4. Do Traslado Urbano e Rural, em conformidade com os itens do 4.12 a 4.12.3 do presente Termo de Referência.

5.3.5. Embalsamamento, em conformidade com os itens do 4.13 a 4.13.2 do presente Termo de Referência.

5.3.6. Serviços de Sepultamento e Manutenção, em conformidade com os itens do 4.14 a 4.14.7 do presente Termo de Referência.

5.4. Para balizamento quanto a prestação dos serviços pretendidos, o quantitativo anual estimado para concessão do benefício de **serviços funerários com ou sem velório** terá como base o cenário estadual descrito nos subitens 2.1.7, 2.1.8, 2.1.9, 2.1.10 deste termo, bem como o histórico das contratações anteriores:

Nº do processo	Contrato	Objeto
23101.000750/2021.81	22/2021 e 23/2021 (2346369/2346492)	Eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários. (Lote 01 - com velório e Lote II - sem velório)
23101.012772/2022.75	28/2023 (9155186)	Eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários. (Lote 01 - com velório e Lote II - sem velório)

5.5. Ressalta-se que, diferentemente das contratações anteriores, a presente contratação contempla a inclusão de novos serviços, ampliando o escopo originalmente praticado. Destacam-se, nesse contexto:

- a) a disponibilização de salas de velório adequadas, devidamente higienizadas e dotadas de infraestrutura apropriada para o acolhimento das famílias; e
- b) a execução de todos os procedimentos de higienização, compreendendo o preparo do corpo e a vestimenta, esta fornecida pela família ou responsável, inclusive nos serviços realizados sem velório, observando rigorosamente as normas sanitárias, culturais e religiosas aplicáveis.

A inclusão dos novos serviços justifica-se pelo fato de que a contratação visa ampliar e qualificar os serviços funerários atualmente oferecidos à população, especialmente às famílias em situação de vulnerabilidade social diante do falecimento de um ente querido, faz-se necessária a contratação

de uma empresa especializada que possa garantir.

5.6. No valor total da(s) contratação(ões) estarão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o **recebimento provisório** do objeto do contrato mediante conferência da prestação de serviço realizada, limitada à verificação da efetiva execução do serviço solicitado.

7.4.1. Nesta etapa, serão verificados, exclusivamente, os seguintes aspectos:

I - O atendimento ininterrupto, quando acionado;

II - A disponibilização da urna mortuária, ornamentação, forração;

III - O desembaraço da documentação;

IV - A remoção local e preparação do corpo;

V - A realização do velório, quando aplicável;

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o **recebimento definitivo** do objeto do contrato, em momento posterior, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5.1. Nesta fase, será confirmada, entre outros aspectos:

I - A regularidade do desembaraço documental;

II - O pagamento das taxas de sepultamento e manutenção de cemitério, quando aplicáveis;

III - A compatibilidade dos serviços prestados com o objeto contratado;

IV - A inexistência de pendências técnicas ou administrativas.

7.5.2. O recebimento definitivo será formalizado por meio de atesto da autoridade competente, constituindo condição indispensável para a liquidação da despesa e o pagamento à contratada.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período..

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.22.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.22.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.28. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

8.1 São obrigações do contratante:

8.1.1 Conforme minuta de contrato.

8.1.2 Além do disposto na minuta de contrato, constituirão obrigações para o contratante:

8.1.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seu anexo.

8.1.2.2 Fornecer os serviços no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

8.1.2.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços fornecidos, para que sejam por ele substituídos, reparados ou corrigidos, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.2.5 Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução dos serviços, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução dos serviços, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado dos valores correspondentes ao fornecimento dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.1.2.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

8.1.2.8 Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.1.2.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.2.9.1 A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.2.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.2.11 Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.2.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2 São obrigações do contratado:

8.2.1 Conforme minuta de contrato.

8.2.2 Além do disposto na minuta de contrato, constituirão obrigações para o contratado:

8.2.2.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços.

8.2.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.2.2.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.2.2.4 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.2.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.2.2.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato.

8.2.2.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.2.2.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.2.2.9 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.2.10 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.2.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.2.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.2.2.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.2.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As infrações e sanções administrativas aplicáveis a presente contratação serão as previstas em edital e contrato.

9.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.1.2. A licitação será realizada em LOTE ÚNICO, conforme justificativa elencada no subitem 10.2 deste Termo.

10.1.3. Será adotado o procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços - SRP.

10.2. JUSTIFICANDO O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.2.1. Justifica-se o não parcelamento do objeto por se tratar de itens essenciais que será composto no agrupamento de todos os itens em lote único que compõem o Serviço Funeral.

10.2.2. Ressaltamos que o objeto em questão guarda compatibilidade entre si e possui mesmo critério de julgamento, não impedindo a ampla disputa.

10.3. HABILITAÇÃO: Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, exceto quando dela constar prazo de validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).

10.3.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69).

10.3.2.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

10.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.2.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.3.2.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **iguais ou superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

10.3.2.4.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

10.3.2.4.1. Os documentos referidos acima deverão ser apresentados nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações.

10.4. HABILITAÇÃO: Os critérios de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a serem atendidos pelo licitante serão os seguintes:

10.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.4.1.1.1. Atestados (s) que comprove(m) a execução do valor, pelo fornecedor, de serviços equivalente ao da contratação, envolvendo o mínimo de 15% (quinze por cento) do valor do lote dos serviços previstos nos itens do ANEXO I “especificação dos serviços contratados” deste termo de referência;

10.4.1.2. serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

10.4.1.3. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.4.1.5. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.4.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.4.1.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 7.108.779,00** (sete milhões, cento e oito mil setecentos e setenta e nove reais), de acordo com os critérios adotados pela Comissão de Cotação, conforme Nota Técnica SETRABES/GAB/UGAM/DADM/NCC/ACP (21354151).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Estado.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

Elaborado:

(Assinado Eletronicamente)

LUCELIA ALVES RIBEIRO DA SILVA COSTA

AIP/NCC/UGAM/SETRABES

Supervisionado:

(Assinado eletronicamente)

ANDREIA DO NASCIMENTO LIMA

Gestora da UGAM/SETRABES

*Revisado e Aprovado:

O presente Termo de Referência e seus anexos, devem ser revisados pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para contratação do objeto, podendo apresentar as considerações que julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo Convênios e Contratos proceda com as correções.

(Assinado Eletronicamente)

CLAUDIANA SILVA DE BRITODiretora do Departamento de Proteção Social Básica
DPSB/SETRABES**Aprovado por:**

(Assinado eletronicamente)

TÂNIA SOARES DE SOUZASecretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Decreto nº 20-P**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA****ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

LOTE ÚNICO				
SERVIÇOS FUNERÁRIO				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND.	QUA
1	4170	Serviço Com Velório para Recém-Nascidos Urna Funerária Infantil: Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 5.3.1.1.6., deste documento.	Und.	150
2		Serviço Com Velório para Juvenil Urna Mortuária Juvenil: Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 5.3.1.1.6., deste documento.	Und.	25
3		Serviço Com Velório para Adulto Urna Mortuária Adulta: Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 5.3.1.1.6., deste documento.	Und.	400

4	<p>Serviço Com Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 1,80 m e 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 130 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 5.3.1.1.6., deste documento.</p>	Und.	25
5	<p>Serviço Com Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 5.3.1.1.6., deste documento.</p>	Und.	25
6	<p>Serviço Sem Velório para Recém-Nascidos</p> <p>Fornecimento de Urna Infantil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 5.3.2.1.5., deste documento.</p>	Und.	150
7	<p>Serviço Sem Velório para Juvenil</p> <p>Urna Mortuária Juvenil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 5.3.2.1.5., deste documento.</p>	Und.	25
8	<p>Serviço Sem Velório para Adulto</p> <p>Urna Mortuária Adulta:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 5.3.2.1.5., deste documento.</p>	Und.	400
9	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com dimensão entre 1,80m a 2,10m de comprimento para cadáver de até 130kg, fabricada em madeira simples sextavada, com acabamento em verniz e visor. A urna será equipada com 6 (seis) alças e o fundo forrado com material (TNT) na cor branca.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 5.3.2.1.5., deste documento.</p>	Und.	25
10	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p>	Und.	25

		<p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 5.3.2.1.5., deste documento.</p>		
11		<p>Serviço de Embalsamamento até 24h com Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>	Und.	625
12		<p>Serviço de Embalsamamento até 24h Sem Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>	Und.	200
13		Sala de Velório - Com capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo acomodações na área externa.	Und.	625
14		Serviço de Sepultamento: Realização do sepultamento conforme as normas do cemitério.	Und.	1.250
15		Serviço de Manutenção (Cemitério) - Recém Nascido: Manutenção do local destinado ao sepultamento de recém nascido.	Und.	300
16		Serviço de Manutenção (Cemitério) - Criança: Manutenção do local destinado ao sepultamento de criança.	Und.	50
17		Serviço de Manutenção (Cemitério) - Adulto: Manutenção do local destinado ao sepultamento de Adulto.	Und.	900
18		Translado Urbano e Rural - Consiste na remoção do corpo no IML (Instituto Médico Legal)/hospitais/residências/outros, por meio terrestre, em veículo adequado, desde o local da remoção até o local do velório e por fim o local de sepultamento, dentro dos perímetros urbano e rural do município.	Und.	25.00
19		Translado Intermunicipal por Km Rodado - Consiste na remoção do corpo por meio terrestre, em veículo adequado, desde o local do óbito e/ou velório até o local de sepultamento, quando o destino estiver em outro município.	Und.	25.00
VALOR TOTAL				

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

KILOMETRAGEM ENTRE BOA VISTA E OUTROS MUNICÍPIOS/RR

Boa Vista (Capital) aos municípios	Distância ida(km)
Alto Alegre, RR, 69350-000	84
Amajari, RR, 69343-000	155
Bonfim, RR, 69380-000	124
Cantá, RR, 69390-000	35,8
Caracará, RR, 69360-000	140
Caroebe, RR, 69378-000	316
Iracema, RR, 69348-000	95,9
Mucajai, RR, 69340-000	56,9
Normandia, RR, 69355-000	186
Pacaraima, RR, 69345-000	214
Rorainópolis, RR, 69373-000	260
São João da Baliza, RR, 69375-000	290

São Luiz do Anauá, RR, 69370-000	274
Uiramutã, RR, 69358-000	314

KILOMETRAGEM ENTRE BOA VISTA E SUA ÁREA RURAL

Boa Vista (Capital) à Área Rural	Distância ida(km)
Fazenda Bamerindus, Boa Vista - RR	20
Comunidade Darora, Boa Vista - RR	81,4
Vista Alegre, Boa Vista - RR	70,9
Comunidade Campo Alegre, RR-319, Boa Vista - RR	60,5
Comunidade da ilha, Boa Vista - RR	60,8
Vista Nova Associação Indígena Agro familiar da Comunidade Vista Nova - AIACOV	77
Mauxi, Boa Vista - RR	65
Tigre, Boa Vista - RR	135
Comunidade Lago Grande, RR-319, KM 70 - 80 - Boa Vista - RR	97,4
comunidade Indígena Milho, Boa Vista - RR	84,5
Limão, Boa Vista - RR	60
Comunidade Indígena Truaru, Unnamed Road, RR	40
Santa Fé, Boa Vista - RR	30
Monte Cristo I, II, III, Boa Vista - RR	15
Serra da Moça, Boa Vista - RR	60
Serra Truaru, Boa Vista - RR	56,9
Comunidade Indígena Morcego - TI Serra da Moça - Região Murupú, 69P9+36, Boa Vista - RR	62,6
Passarão, Boa Vista - RR	55
Cajual, Boa Vista - RR	49,3
PA Nova Amazônia/Truaru, Boa Vista - RR	65,5
Comunidade Indígena Anzol, 898G+P4, Boa Vista - RR	71,1

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
TAMANHOS DE JAZIGOS

JAZIGO CEMITÉRIO	SERVIÇO FUNERÁRIO/ URNAS FÚNEBRES
ADULTO	ADULTO / ADULTO ESPECIAL
CRIANÇA	INFANTIL / JUVENIL
RECÉM NASCIDO	INFANTIL



Documento assinado eletronicamente por **Lucelia Alves Ribeiro da Silva Costa, Consultora Técnica**, em 16/03/2026, às 11:36, conforme Art. 5º



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Do Nascimento Lima, Gestor de Atividades Meio II**, em 16/03/2026, às 11:38, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Claudiana Silva de Brito, Diretora do Departamento de Proteção Social Básica**, em 16/03/2026, às 12:42, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Soares de Souza, Secretária de Estado**, em 16/03/2026, às 13:20, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **21574443** e o código CRC **45C28690**.

ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. PLANILHA DEMONSTRATIVA DA DEMANDA

Item	Und.	Quant.	Valor Máximo Aceitável Unitário (R\$)	Valor Máximo Aceitável Total (R\$)
1.	Und.	150	2.245,00	336.750,00
2.	Und.	25	2.786,00	69.650,00
3.	Und.	400	3.450,00	1.380.000,00
4.	Und.	25	5.168,33	129.208,25
5.	Und.	25	5.451,25	136.281,25
6.	Und.	150	1.482,50	222.375,00
7.	Und.	25	1.925,00	48.125,00
8.	Und.	400	2.535,00	1.014.000,00
9.	Und.	25	3.801,25	95.031,25
10.	Und.	25	4.118,33	102.958,25
11.	Und.	625	1.800,00	1.125.000,00
12.	Und.	200	1.545,00	309.000,00
13.	Und.	625	1.187,50	742.187,50
14.	Und.	1.250	300,00	375.000,00
15.	Und.	300	162,50	48.750,00
16.	Und.	50	274,25	13.712,50
17.	Und.	900	580,00	522.000,00
18.	Und.	25.000	8,75	218.750,00
19.	Und.	25.000	8,80	220.000,00
VALOR TOTAL R\$				R\$ 7.108.779,00

1.1. A descrição do(s) item(ns) está(ão) disposta(s) no MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste edital.

1.2. O quantitativo de cada Órgão Participante deste Registro de Preços se encontra no subitem 1.3 da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

2. VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO

R\$ 7.108.779,00 (sete milhões, cento e oito mil setecentos e setenta e nove reais).

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 23101.005478/2025.50 - SETRABES PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 000/2026	CNPJ
---	------

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS FUNERÁRIO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.	Serviço Com Velório para Recém-Nascidos Urna Funerária Infantil: Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	150		
2.	Serviço Com Velório para Juvenil Urna Mortuária Juvenil: Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	25		
3.	Serviço Com Velório para Adulto Urna Mortuária Adulta: Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	400		
4.	Serviço Com Velório para Adulto Especial Urna Mortuária Adulta Especial:	Und.	25		

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS FUNERÁRIO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	<p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 1,80 m e 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 130 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>				
5.	<p>Serviço Com Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
6	<p>Serviço Sem Velório para Recém-Nascidos</p> <p>Fornecimento de Urna Infantil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	150		
7.	<p>Serviço Sem Velório para Juvenil</p> <p>Urna Mortuária Juvenil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
8.	<p>Serviço Sem Velório para Adulto</p> <p>Urna Mortuária Adulta:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um</p>	Und.	400		

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS FUNERÁRIO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.				
9.	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com dimensão entre 1,80m a 2,10m de comprimento para cadáver de até 130kg, fabricada em madeira simples sextavada, com acabamento em verniz e visor. A urna será equipada com 6 (seis) alças e o fundo forrado com material (TNT) na cor branca.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
10.	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
11.	<p>Serviço de Embalsamamento até 24h com Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>	Und.	625		
12.	<p>Serviço de Embalsamamento até 24h Sem Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>	Und.	200		
13.	Sala de Velório - Com capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo acomodações na área externa.	Und.	625		
14.	Serviço de Sepultamento: Realização do sepultamento conforme as normas do cemitério.	Und.	1.250		
15.	Serviço de Manutenção (Cemitério) - Recém Nascido: Manutenção do local destinado ao sepultamento de recém nascido.	Und.	300		
16.	Serviço de Manutenção (Cemitério) - Criança: Manutenção do local destinado ao sepultamento de criança.	Und.	50		
17.	Serviço de Manutenção (Cemitério) - Adulto: Manutenção do local destinado ao sepultamento de Adulto.	Und.	900		
18.	Translado Urbano e Rural - Consiste na remoção do corpo no IML (Instituto Médico Legal)/hospitais/residências/outros, por meio terrestre, em veículo adequado, desde o local da remoção até o local do velório e por fim o local de sepultamento, dentro dos perímetros urbano e rural do município.	Und.	25.000		
19.	Translado Intermunicipal por Km Rodado - Consiste na remoção do corpo por meio terrestre, em veículo adequado, desde o local do óbito e/ou velório até o local de sepultamento, quando o destino estiver em outro município.	Und.	25.000		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 0,00

VALIDADE DA PROPOSTA:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

FONE(S):

 Proponente

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

PROCESSO Nº 23101.005478/2025.50 - SETRABES

Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, na **SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC**, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, nº 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista – RR, neste ato representada por seu(ua) Secretário, o(a) Sr.(a) _____, juntamente com o pregoeiro, Sr.(a) _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços, na forma da **Lei nº 14.133**, de 1º/04/2021, do **Decreto nº 37.424-E**, de 19/03/2025, e aplicando subsidiariamente a **Lei Complementar nº. 123**, de 14/12/2006, e das demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro: _____, _____ (Estado), Telefone: _____, Banco: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____, vencedora e adjudicatária da licitação supramencionada, neste ato representada por seu representante legal ou procurador, conforme documento comprobatório, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar preço dos bens discriminados na Cláusula Primeira, que serão fornecidos em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

Empresas:

Ord.	Empresa(s) Classificada(s)	Lote(s)	Vr. Total do(s) Lote(s)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. Esta Ata refere-se aos preços registrados para à **Eventual contratação de serviços funerários com ou sem velório, disponibilizados (24h) ininterruptamente**, conforme as seguintes especificações:

Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd.	Vr. (R\$)	Unit.	Vr. Total (R\$)

1.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como ANEXO desta Ata.

1.1.2. A listagem deve obedecer a ordem prevista no inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

1.2. São Órgãos participantes deste Registro de Preços;

Ord.	Órgão(s) Participante(s)
01	Secretaria do Trabalho e Bem - Estar Social - SETRABES

1.3. Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade não participante:

Item	Qtd. Total
1.	750
2.	125
3.	2.000

4.	125
5.	125
6.	750
7.	125
8.	2.000
9.	125
10.	125
11.	3.125
12.	1.000
13.	3.125
14.	6.250
15.	1.500
16.	250
17.	4.500
18.	125.000
19.	125.000

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP, bem como, os órgãos e entidades de direito privado sem fins lucrativos, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 2.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 2.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor, e
- 2.1.4.** os órgãos e entidades de direito privado sem fins lucrativos que aderirem à quaisquer das atas da Administração Pública, submeter-se-ão às regras e procedimentos previsto neste decreto, excluindo-se a aplicação de qualquer outro normativo.
- 2.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 2.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;
- 2.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do subitem 2.1 desta cláusula.
- 2.6.** As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- 2.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 2.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no subitem 2.7 desta cláusula;
- 2.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o subitem 2.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.10.** É permitida a adesão às atas de Registro de Preço (ARP) de órgãos municipais, desde que realizado procedimento licitatório e contratação direta em municípios com 10 (dez) mil habitantes ou mais, obrigatoriamente.
- 2.11.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 3.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da proposta (art. 23 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025).
- 3.1.1.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 3.1.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 3.1.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 3.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2.1.** O instrumento contratual de que trata o subitem anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
- 3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 3.4.2. **Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:**
- 3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 3.5. O registro a que se refere o subitem 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula oitava.
- 3.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do Órgão gerenciador e disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP durante a vigência da ata de registro de preços.
- 3.9. Havendo a desclassificação da proposta ou inabilitação de licitantes no decorrer do certame, estes não poderão compor o cadastro reserva, uma vez que já teve sua proposta desclassificada ou foi inabilitado.

CLÁUSULA QUARTA – DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

- 4.1. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 4.3. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no subitem 4.1, observado o disposto no subitem 3.4.3, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o subitem 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:
- 4.4.1. Convocar os licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original para negociação na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada conforme Art. 22 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.
- 4.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 4.7. A regra prevista no subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos seguintes termos:
- 5.1.3.1. O reajuste em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previsto no instrumento convocatório ou equivalente, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, nos termos do inciso LVIII, do art. 6º e do § 7º e inciso I do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.1.3.2. A repactuação compreende a atualização da remuneração para serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra, nos termos do inciso LIX do art. 6º e do inciso II do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 6.1.1. Caso os fornecedores que não aceitarem reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.1.2. Na hipótese prevista na cláusula anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 29 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.
- 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na cláusula oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2. Não comprovada existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula oitava, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.3.2 desta cláusula, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

6.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.3 e 6.3.1 desta cláusula, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 33 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do subitem 7.3 desta cláusula, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 28, § 2º, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025); ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 27, § 3º e 28, § 4º, ambos do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

8.4.3.1. Havendo cancelamento do registro de preços do fornecedor, com consequente cancelamento da homologação do certame SRP, poderá a Autoridade Competente decidir pelo retorno de fase do pregão com aceitação de propostas, observada a ordem de classificação.

8.4.4. Haverá nova ata de registro de preços oriunda do procedimento previsto no subitem 8.1.4.1. desta cláusula;

8.4.5. O novo registro de preços estará subordinado ao prazo de duração remanescente, conforme estabelecido na ata originária, e será limitado ao quantitativo do objeto remanescente no momento do cancelamento do registro de preços ao novo beneficiário vencedor do retorno de fases da licitação;

8.4.6. Os contratos provenientes da ata de registro de preços originária produzirão seus efeitos jurídicos e legais, sejam esses oriundos de órgãos participantes ou oriundos de adesões, cabendo a cada contratante a manutenção ou não do contrato vigente

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 6º, inc. XII, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO (Anexo I) deste edital.
- 10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 10.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrem da utilização da presente Ata de Registro de Preços será o da comarca de Boa Vista/RR.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário de Estado de Licitação e Contratação - SELC

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
XXX nome da empresa XXX

ANEXO - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Und. (se exigida no edital)	Qtd. Máxima	Qtd. Mínima	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV DO EDITAL Nº/.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....

TERMO DE CONTRATO PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM OU SEM VELÓRIO, DISPONIBILIZADOS (24H) ININTERRUPTAMENTE, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DO (A), E

O Estado de Roraima, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede no Palácio Senador Hélio Campos, situado na Praça do Centro Cívico, s/nº, Centro, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº, de de 20..., publicada no DOE/RR de de, portador(a) da Matrícula Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **QU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições

da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Nº 37.424-E, de 19 de março de 2025, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Eventual Contratação de serviços funerários com ou sem velório, disponibilizados (24h) ininterruptamente**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.2. Discriminação do objeto:

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS FUNERÁRIO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.	Serviço Com Velório para Recém-Nascidos Urna Funerária Infantil: Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	150		
2.	Serviço Com Velório para Juvenil Urna Mortuária Juvenil: Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	25		
3.	Serviço Com Velório para Adulto Urna Mortuária Adulta: Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	400		
4.	Serviço Com Velório para Adulto Especial Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 1,80 m e 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 130 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	25		
5.	Serviço Com Velório para Adulto Especial Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço. Ornamentação: A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo e dispostas também em vasos decorativos. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme especificações detalhadas no subitem 4.8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	Und.	25		
6	Serviço Sem Velório para Recém-Nascidos Fornecimento de Urna Infantil:	Und.	150		

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS FUNERÁRIO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	<p>Fornecimento de urna mortuária recém-nascidos/infantil, com comprimento entre 0,60 m e 1,00 m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>				
7.	<p>Serviço Sem Velório para Juvenil</p> <p>Urna Mortuária Juvenil:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária juvenil, com comprimento entre 1,20m e 1,40m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 4 (quatro) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
8.	<p>Serviço Sem Velório para Adulto</p> <p>Urna Mortuária Adulta:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta, com comprimento entre 1,60m a 1,90m, confeccionada em madeira simples, no formato sextavado. A urna deverá ser pintada na cor branca e/ou envernizada, conter visor transparente, 6 (seis) alças laterais para transporte, e fundo revestido com tecido não tecido (TNT) branco, garantindo apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	400		
9.	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial: Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com dimensão entre 1,80m a 2,10m de comprimento para cadáver de até 130kg, fabricada em madeira simples sextavada, com acabamento em verniz e visor. A urna será equipada com 6 (seis) alças e o fundo forrado com material (TNT) na cor branca.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
10.	<p>Serviço Sem Velório para Adulto Especial</p> <p>Urna Mortuária Adulta Especial:</p> <p>Fornecimento de urna mortuária adulta especial, com comprimento entre 2,10 m, adequada para corpos com peso de até 180 kg. A urna deverá ser confeccionada em madeira simples, no formato sextavado, com acabamento em verniz e visor transparente. Deverá conter 6 (seis) alças para transporte e fundo forrado com tecido não tecido (TNT) na cor branca, garantindo a apresentação condizente com a dignidade do serviço.</p> <p>Ornamentação:</p> <p>A urna deverá ser ornamentada com flores artificiais distribuídas de forma harmoniosa ao redor do corpo. Deverá incluir uma manta e um travesseiro para apoio da cabeça do falecido, ambos revestidos com o mesmo tecido utilizado no interior da urna, conforme descrito no subitem 4.10.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>	Und.	25		
11.	<p>Serviço de Embalsamamento até 24h com Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>	Und.	625		
12.	<p>Serviço de Embalsamamento até 24h Sem Velório</p> <p>Consiste na higienização e aspiração interna do corpo, com tamponamento dos orifícios naturais para prevenir vazamentos. Aplicação de solução conservante com ação antisséptica e fixadora, à base de compostos químicos como o formaldeído, a fim de retardar a decomposição e preservar a integridade do corpo para o velório.</p>	Und.	200		
13.	<p>Sala de Velório - Com capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo acomodações na área externa.</p>	Und.	625		
14.	<p>Serviço de Sepultamento: Realização do sepultamento conforme as normas do cemitério.</p>	Und.	1.250		

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS FUNERÁRIO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
15.	Serviço de Manutenção (Cemitério) - Recém Nascido: Manutenção do local destinado ao sepultamento de recém nascido.	Und.	300		
16.	Serviço de Manutenção (Cemitério) - Criança: Manutenção do local destinado ao sepultamento de criança.	Und.	50		
17.	Serviço de Manutenção (Cemitério) - Adulto: Manutenção do local destinado ao sepultamento de Adulto.	Und.	900		
18.	Translado Urbano e Rural - Consiste na remoção do corpo no IML (Instituto Médico Legal)/hospitais/residências/outros, por meio terrestre, em veículo adequado, desde o local da remoção até o local do velório e por fim o local de sepultamento, dentro dos perímetros urbano e rural do município.	Und.	25.000		
19.	Translado Intermunicipal por Km Rodado - Consiste na remoção do corpo por meio terrestre, em veículo adequado, desde o local do óbito e/ou velório até o local de sepultamento, quando o destino estiver em outro município.	Und.	25.000		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O Termo de Referência deve ser entregue ao Contratado como anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da última assinatura, nos termos do **art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021**, prorrogável por até 10 anos, conforme o art. 107 da mesma lei.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento, validade/garantia e/ou assistência técnica do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇO E PAGAMENTO

5.1. Preço

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.2. Pagamento

5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Orientações práticas:

Verificar a data do orçamento estimado para inseri-la no subitem 6.1.
Copiar do TR o índice a ser adotado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com o contrato e anexos;
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art.143 da Lei nº14.133, de 2021;
- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.9.1. A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.11. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, do art.137, da Lei nº14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 8.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

8.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.16. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato.

8.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. A CONTRATADA declara ciência integral da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se compromete a observar os princípios previstos no art. 6º da referida lei, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações eventualmente acessadas durante a execução contratual.

9.2. Caso haja necessidade de acesso ou tratamento de dados pessoais no curso da execução, a CONTRATADA deverá utilizá-los exclusivamente para o cumprimento do objeto contratual, vedado qualquer uso, comunicação, compartilhamento ou armazenamento para finalidade diversa, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE ou sem respaldo legal, nos termos do art. 7º da LGPD.

9.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade sobre todos os dados e informações obtidos em razão deste contrato, inclusive após seu encerramento, observando medidas técnicas e administrativas adequadas de proteção, conforme arts. 46 e 47 da LGPD.

9.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa ou penal prevista na legislação aplicável.

9.5. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança envolvendo dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, conforme art. 48 da LGPD.

9.6. Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá eliminar ou devolver à CONTRATANTE todos os dados pessoais eventualmente acessados, salvo hipóteses de conservação previstas no art. 16 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - **Multa**:

- a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% a 15%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **XX (xxxxx)** dias.
- b) compensatória de 15% a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Estadual nº 1.025, de 12 de janeiro de 2016.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: xxxxxxxxx

II – Programa de Trabalho: xxxxxxxxx

III – Elemento de Despesa: xxxxxxxxx

IV – Fonte de Recursos: xxxxxxxxx

13.2. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação foi emitida Nota de Empenho nº _____, em ____/____/____, tipo _____, no valor de _____.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

Boa Vista-RR, data constante no sistema.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Orientação para a CONTRATANTE

Esta minuta de contrato não dispõe de campo para assinatura de testemunhas porque "[...] o contrato assinado com a Administração e regularmente publicado dispensa testemunhas e registro em cartório, pois, como todo ato administrativo, traz em si a presunção de legitimidade e vale contra terceiros desde a sua publicação." (MEIRELLES, 1996, p. 179).



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Feitoza Dos Santos, Secretário Adjunto de Estado de Licitação e Contratação**, em 11/05/2026, às 12:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22367660** e o código CRC **04D4F497**.

Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69301-011
- <https://www.selc.rr.gov.br>